



POLÍTICAS DE INCLUSÃO: UM ENTREMEIO DISCURSIVO DEMARCADOR DA EXCLUSÃO¹

Simone Natividade²

Antonieta Mirian de Oliveira Carneiro Silva³

Introdução

Inicialmente, é importante mencionar que esse artigo agrega como campo teórico a Análise do Discurso doravante AD de linha francesa ancorada na vertente “Pêcheutiana.” Além de Pêcheux, elencamos como suporte teórico alguns teóricos da AD dentre os quais: Courtine (1981), Orlandi (2002), Maldidier (2003) e em particular os trabalhos pioneiros de Michel Pêcheux (1997) e no cenário alagoano, os analistas do discurso da Universidade Federal de Alagoas- UFAL, tais como: Amaral, Cavalcante, Florêncio, Lameiras, Magalhães, Melo e Silva Sobrinho. Além dos autores vinculados a AD lançamos mão do eixo teórico pautado no materialismo histórico dialético, tais como: Lukács (1978), Mészáros (2005) entre outros.

Nosso trabalho tem como objetivo desvelar as implicações ideológicas que envolvem os discursos governamentais contemporâneos de cunho educacional. Elegemos como objeto de estudo uma das temáticas mais difundidas em território brasileiro, precisamente no fim do século XX e início do século XXI: a inclusão social. Esse termo coaduna-se ao processo histórico e político da era neoliberal. O trabalho aponta na direção das questões políticas e econômicas que norteiam a conjuntura educacional no Brasil.

Percebe-se que a educação é cercada de inúmeros movimentos históricos que em seu conjunto totalizam saldos positivos representados sob: decretos, diretrizes e leis que regulamentam a jurisdição educacional e saldos negativos que denotam um cenário ao mesmo tempo inerte e regressivo materializado em programas e projetos cuja lógica neoliberal levará a “estratégias para manter a coesão social” (TEDESCO, 1998, p.56). Essa coesão social, dentro da estrutura societária, foi fortemente marcada pelo caráter hierarquizante no espaço escolar demarcando posturas excludentes em suas diversas interfaces.

¹ Orientadora: Prof. Dr. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante. Doutora em Linguística pela FALE/UFAL. Docente dos cursos de graduação e pós-graduação em Educação e Linguística. Líder do Grupo de Pesquisa: Políticas Públicas, História e Discurso. Integrante do Grupo de Estudos: Discurso e Ontologia-GEDON. E-mail: msaoc@hotmail.com

² Mestranda em Educação PPGE/UFAL, Especialista em Educação em Direitos Humanos pela UFAL, Graduada em Letras pela FALE/UFAL, integrante do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, História e Discurso, Integrante do Grupo de Estudos Discurso e Ontologia – GEDON/ Bolsista: FAPEAL. E-mail: simonemestrado_sp@hotmail.com

³ Mestranda em Educação PPGE/UFAL, Especialista em Novos Saberes e Fazeres da Educação Básica pela UFAL, Graduada em Pedagogia pelo CEDU/UFAL, integrante do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, História e Discurso, Integrante do Grupo de Estudos Discurso e Ontologia – GEDON/ E-mail: amocsilva@hotmail.com

O discurso educacional transita entre o quantitativo - os elementos que norteiam a democratização de acessos à escola permeada pelos dados estatísticos, e o qualitativo que define o padrão desse ensino. Por outro lado, o termo “qualitativo” sofre contradições. É um discurso reproduzido nas campanhas políticas cuja intenção é pacificar a sociedade num conjunto de paliativos. Conforme menciona Neves (2005, p. 15) uma das atribuições do Estado é estabelecer: “[...] a unidade dialética na qual, diversos projetos estão presentes e buscam conformar as massas” (NEVES, 2005, p.15). Neves (2005) destaca como ponto nevrálgico: as políticas públicas educacionais alinhadas tanto à demanda do mercado de trabalho, como também, ao grande contingente populacional que vive à margem de direitos.

Essa lógica perversa permite manter grande parte da sociedade alienada e presa a projetos e bolsas criando laços de dependência. Conforme afirma Gramsci (1986, p.12) “Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos”. Em suma, parte da sociedade é refém dos ditames governamentais, seu poder de escolha limita-se a opções em conformidade com as propostas do Estado, isso implica duas consequências: o governo legitima cada vez mais seu poder de dominação sobre o sujeito e, simultaneamente, esse sujeito cegamente aceita essa prática e se conforma com todos os laços de dependência.

Entretanto, apesar disso, não analisamos essa questão como determinismo. Filiamo-nos aos propósitos do ideário lukasiano para quem “O homem faz escolhas e intervém na realidade, sempre buscando novas alternativas dentro da objetividade” (LUKÁCS, 1981). Nessa perspectiva, a objetividade nunca nos apresenta uma única alternativa. Ela sempre nos apresenta limites e possibilidades. É nesse universo que o sujeito se move e faz escolhas, podendo eleger outras possibilidades que circulam em seu universo.

1- Inclusão Social ou Pacificação Social?

É evidente que essa inclusão social apregoada nos discursos governamentais não tem por propósito mexer na essência do capitalismo. É um equívoco pensar que esse movimento inclusivo se dará de forma unânime, visto que é regulado pelo sistema vigente. O processo de inclusão através das políticas afirmativas apenas ameniza, dentro dos limites consentidos pela classe dominante, algumas problemáticas, enquanto a base permanece intacta, a essencialidade não se transforma. É, pois, uma contradição denominar essa sociedade como “*sociedade inclusiva*”⁴ se o dualismo tanto educacional como social é reproduzido constantemente.

Constata-se assim, conforme Meszáros (2005, p. 31), que, nos moldes capitalistas, a sociedade vivência “uma subversão fetichista do real estado de coisas dentro da consciência [...] porque o capital não pode exercer suas funções sociais metabólicas de ampla reprodução de nenhum outro modo.” Nesse jogo, cuja lógica mercadológica legitima um mar de incongruências, a educação

⁴ Sociedade inclusiva é um termo que surgiu em 1981 com a ONU em referência aos direitos da pessoa com deficiência, tornou-se recorrente e se generalizou em outras instâncias sendo usado com frequência nas campanhas políticas e em variados espaços democráticos, sobretudo, na educação.



figura como marionete do neoliberalismo tendo como meta a formação instrumental em detrimento da formação humana.

Desse modo, no Brasil, observa-se o movimento ininterrupto da segregação escolar sob o domínio do dualismo em seus objetivos e sua organização denominada de – Escola Dualista ou “*Apartheid Educacional*” (LEHER, 2004, p. 7). O desenho desse dualismo educacional é representado por dois protagonistas, os que possuem conhecimentos técnicos e científicos e tem o direito de comando, enquanto os outros, despojados de tais conhecimentos, têm o dever de obedecer. Por sua vez, o campo do saber é controlado, as políticas sociais materializadas em reformas educacionais são arquitetadas com o intuito de filtrar o conhecimento fragmentando-o e gerando relações de poder. Sintetizando, como já foi dito, o sistema de ensino dualista divide-se entre formação que “instrumentaliza” para o mercado de trabalho (formal e informal) e formação intelectualizada e elitizada. Assim apenas a garantia de acesso à educação não resolverá os problemas educacionais, uma vez que universalizar o acesso sem qualidade somente estará contribuindo para formar jovens de forma precária e insuficiente.

1.2 - Políticas de Inclusão ampliando os nichos de exclusão

Como já foi dito, nos últimos tempos, a educação brasileira tem sido atravessada por políticas sociais que apresentam um caráter focal, imbuídas de ações afirmativas carregadas do tom assistencialista, representadas por programas emergenciais, com a promessa de inclusão social e igualdade de condições, porém a tendência é apenas minorar essas deficiências demarcando novos focos de exclusão. O discurso de igualdade de oportunidades tem como objetivo garantir um pacto social nas relações sociais. Conseqüentemente a educação se transforma num mecanismo de reprodução social, uma forma de manter a ordem social em prol da máquina capitalista.

É possível perceber quão falacioso é esse discurso de igualdade na própria Lei de Diretrizes da Educação Brasileira, (LDB 9394/96) em seu artigo 4º quando afirma: “Art. 4º O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...] XI- padrões mínimos de qualidade de ensino [...]” (BRASIL, 1996). Esses indicativos da LDB, ou seja, “padrões mínimos de qualidade de ensino” acabam provando que muito do que é dito nos documentos oficiais, decretos, leis dentre outros artifícios que fundamentam o judiciário educacional escamoteiam o total descaso no que se refere à educação pública. A esse respeito, trazemos Cavalcante (2007, p.216), que afirma: “a expressão ‘educação de qualidade’ não pode ser interpretada como se encerrasse em si um sentido único. Ela pode materializar discursos radicalmente opostos [...]”. A palavra “qualidade” sofre tensões conceituais podendo assumir objetivos mercadológicos, cuja tônica principal se apoia na produtividade e também pode assumir uma proposta que privilegie a formação humana, essa última é ofertada em menor escala devido ao total desinteresse estatal para mudanças nesse sentido, pois se afastam da sociedade mercantil preconizada pelos imperativos econômicos neoliberais. De acordo com esses antagonismos, a educação de qualidade, defendida pelas políticas governamentais é



aquela que atende às exigências do mercado; não a que deveria ter por objetivo possibilitar a todos o acesso ao conhecimento científico e aos bens culturais historicamente produzidos.

Diante desses conflituosos processos educacionais, haja vista, que as políticas públicas se voltam para pacotes que norteiam o mundo da inclusão social, é de extrema importância que busquemos desvelar o que se oculta por trás desse discurso. Inclusão convoca a ideia de inserção, de participação, numa relação de igualdade para proporcionar a impressão de coesão e unidade. Nesse contexto, são frequentes as expressões: “transformação social”, “responsabilidade social” “democratização de acessos”. No entanto, são estratégias de convencimento que obscurecem determinadas intenções, são modos de coagir o senso comum formando uma nova mentalidade societária. Entre os anos 90 até os dias atuais o neoliberalismo vem provocando mudanças que colocam em jogo as disposições firmadas na Constituição de 1988.

Acerca dos processos discursivos afirma Courtine (2009, p.32) “[...] constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso, a língua, pensada como uma instância relativamente autônoma é o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido” (COURTINE, 2009, p.32). Os referidos discursos governamentais de inclusão propagam a ideia de que os sujeitos usufruem de direitos sociais fundamentais previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição Brasileira de 1988 e nas Leis de Diretrizes e Base- LDB/96. Por trás desse discurso, silenciam-se/apagam-se as condições de desigualdade em que se dá o usufruto de alguns desses direitos.

Conforme afirma Althusser (2003, p. 111-112) o sistema capitalista “nunca chega a resolver, totalmente, suas próprias contradições”. Isto é, não é interessante para o sistema a resolução dessas contradições, uma vez que essas contradições são o sustentáculo que alimenta e reproduz esse sistema. Esse apagamento é bem mencionado por Voese (2004, 64) “[...] o apagamento poderia estar escondendo uma luta de interesses, já que à visão redutora do discurso corresponderá uma concepção deformada do ser social do homem [...]” (VOESE, 2004, p. 64). A inculcação ideológica participa de processos que subordinam o sujeito através da reificação, do fetichismo e por fim da alienação massificada, com o intuito de pacificar a massa e manter esse sistema econômico.

Diante desse panorama contraditório, constata-se ainda o movimento de culpabilização das vítimas. Ou seja, a responsabilidade pelo insucesso recai sobre os sujeitos, sejam eles alunos ou professores. O Estado se abstém de qualquer falha, e se justifica ao dizer que as condições foram dadas. Com base no exposto. Trazemos para análise algumas materialidades discursivas

2- PERCURSOS DA ANÁLISE

2.1-Materialidade Discursiva⁵



SD1: “Educação: prioridade para construir um futuro melhor”

Como afirma Gentili (1999, p. 6) “[...] a grande operação estratégica do neoliberalismo consiste em transferir a educação da esfera da política para a esfera do mercado questionando assim seu caráter de direito e reduzindo-a a sua condição de propriedade”. O Governo Federal se apropria da formação discursiva do mercado, porém, ocultada sob um pretexto – “construir um futuro melhor” Percebe-se aqui, o acionamento de uma memória discursiva que entende a educação como redenção da sociedade – é só priorizar a educação e teremos um futuro melhor, silenciando assim a lógica perversa do modo de produção capitalista que se apoia na exploração do trabalho do outro.

Segundo Dantas (1999, p. 117) na esfera discursiva das campanhas políticas “[...] os discursos são distorções da realidade ou fachadas que camuflam interesses inadmissíveis; dessa forma, todo político adapta a verdade a seus interesses, a fim de aumentar o potencial eleitoral e preservar a margem de manobra política”. É necessário, pois questionar: em que perspectiva se dá essa prioridade? Na perspectiva de atender aos anseios da grande massa excluída, possibilitando-lhe o acesso ao conhecimento científico historicamente produzido, ou na perspectiva mercadológica da produtividade, ajustada a partir das relações econômicas e políticas do país?

“Para construir um futuro melhor”

Nesse segmento, define-se a finalidade da priorização da educação - “construir um futuro melhor”. Ora, ao atribuir ao futuro a especificação “melhor”, fica implícito que o presente já é bom, basta torná-lo melhor. Melhor para quem? Para aqueles que foram excluídos do acesso a um direito ou para o sistema econômico? Segundo Orlandi (1997, p. 47) “O implícito é já um subproduto deste trabalho do silêncio, um efeito particular dessa relação mais originária e constitutiva. O implícito é o resto visível dessa relação. É um seu resíduo, um epifenômeno.” Para Guimarães (1995, p. 88) “O silenciamento [...] é o exterior absoluto da linguagem, que a faz significar. A linguagem significa,

⁵ Como materialidade discursiva resgatou-se uma das primeiras campanhas do Governo Federal na gestão Dilma Rousseff em 2011.



completamente, no equívoco” (GUIMARÃES, 1995, p.88). Ao acenar com pacotes ideológicos, envoltos em discursos sedutores, as políticas governamentais silenciam as reais condições da educação destinada às classes desfavorecidas. Uma educação aligeirada que fornece apenas os rudimentos básicos para que se “includam” na informalidade ou no subemprego. Assim, diante da materialidade discursiva selecionada, destaca-se a memória discursiva que remete à essência do capitalismo e visa ao lucro e à manutenção do status quo dos grupos dominantes.

CONCLUSÕES

Em linhas gerais, as problemáticas educacionais se tornam plurais, o reflexo é sentido nitidamente na estrutura física escolar, no currículo, na desvalorização do corpo docente dentre inúmeros outros não citados. Carrega um efeito em cadeia perpetuando lacunas que comprometem a qualidade educacional.

Por essa razão, consideramos relevante intensificar pesquisas voltadas para discussões que permitam novas possibilidades em âmbito educacional. É primordial, que essas pesquisas saiam a campo e sejam de fato efetivadas em nossa sociedade, contribuindo para superar os entraves tão persistentes e resistentes dessa lógica neoliberal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Tradução: Michel Iahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1981.
- CAVALCANTE, M^a do Socorro Aguiar de Oliveira. [et al]. **Análise do discurso: fundamentos & práticas** [et al]. Maceió: EDUFAL, 2009.
- _____. **Qualidade e Cidadania nas Reformas da Educação Brasileira: o simulacro de um discurso modalizador**. Maceió, Edufal, 2007
- _____. **O discurso da educação de qualidade produzindo efeitos de sentidos antagônicos**. In: Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica da revolução. [et al] – São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Paulo: Edufscar, 2009.
- DANTAS, Aloisio de Medeiros. **Os sentidos do político em discursos de campanha**. In: Leitura: revista do programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística: n° temático: Análise do Discurso/ UFAL-PPGLL- CHLA- n. 23 (jan/Jun. 1999) – Maceió: Imprensa Universitária, UFAL, 1997.
- GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da história**. 6^a. Ed Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1986.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem** – Campinas, SP: Pontes, 1995 – (Linguagem Crítica).
- LEHER, Roberto. **Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária**. RJ/ Set./Dez. 2008 v. 13 n. 39 Revista Brasileira de Educação- ANPED.
- MAGALHÃES, Belmira. **Discurso, imprensa e reprodução da discriminação**. In: Leitura: revista do programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística: n° temático: Análise do Discurso/ UFAL-PPGLL- CHLA- n. 23 (jan/Jun. 1999) – Maceió: Imprensa Universitária, UFAL, 1997.
- MALDIDIER, Denise. **A Inquietação do Discurso – (Re)ler Michel Pêcheux Hoje** – tradução Eni Orlandi – Campinas: Pontes, 2003



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
VI SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO
1983 - 2013 – Michel Pêcheux: 30 anos de uma presença
Porto Alegre, de 15 a 18 de outubro de 2013

- MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital** – São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos** 4. Ed Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. E. P. Orlandi et al. – 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 (título original: Les Vérités de la Palice, 1975).
- TEDESCO, Juan Carlos. **O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna**. Tradução: Otacílio Nunes. Editora: Ática, São Paulo, 1998.
- TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e diversidade: o sujeito democrático**. Tradução: Modesto Florenzano – Bauru, SP: EDUSC, 1998.
- VOESE, Ingo. **Análise do Discurso e o ensino de língua portuguesa**. São Paulo: Cortez, 2004- (Coleção aprender e ensinar com textos; v. 13).
- ZANDWAIS, Ana. **Perspectivas da análise do discurso fundada por Michel Pêcheux na França: uma retomada de percurso** / Ana Zandwais – Santa Maria: UFSM, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009.
- ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia** / Theodor W. Adorno. (orgs) Slavoj Zizek; tradução Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.